CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GRAMADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: 02/2014
MODALIDADE: CONVITE – Nº 02/2014
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
DATA: 03/04/2014

A **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GRAMADO**, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no C.N.P.J. sob nº 09.101.307/0001-53, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 ou qualquer outro dispositivo que venha a substituí-la, alterá-la ou complementá-la, através de seu Vereador Presidente, Sr. *Jaime Schaumlöffel*, e através do Presidente da CPL – Comissão Permanente de Licitação, Sr. *Josué Felipe Alves Altreiter*, designada pela Portaria nº 016/2014, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando esta Licitação, conforme autorizado através da Portaria nº 021/2014 (Processo Administrativo nº 071/2014), em sessão pública, na modalidade de Convite, do tipo Menor Preço Global, para a **contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de módulos organizacionais, projetados sob medida para atender às necessidades de armazenamento e proteção do acervo documental da Câmara de Vereadores de Gramado, nos termos do Termo de Referência (Anexo I)**, e receberá as propostas para o objeto da presente Carta-Convite às 14h00min do dia 03 de abril de 2014, na Sala de Reuniões, localizada no Rua São Pedro, nº 369, bairro Centro, na cidade de Gramado-RS.

a. A reunião para a abertura dos envelopes contendo "Documentação" e "Propostas de Preços" será realizada na mesma data, às **14h00min do dia 03 de abril de 2014**, na Sala de Reuniões, localizada no Rua São Pedro, nº 369, bairro Centro, na cidade de Gramado-RS com a presença ou não das proponentes, **recomendando-se que os mesmos compareçam ao local com 15 (quinze) minutos de antecedência.** Após a abertura da sessão de abertura não serão aceitos a participarem como licitantes eventuais retardatários, somente podendo acompanhar os trabalhos desde que não interfiram no procedimento.

b. Não serão aceitas nem recebidas, em hipótese alguma, documentações e propostas após a data e hora aprazadas para esta licitação, ainda que tenham sido despachadas, endereçadas e/ou enviadas por qualquer meio, anteriormente a data de abertura dos envelopes.

b.1. Também não serão aceitas, nem levadas em consideração, propostas enviadas pelo correio, fax, telex ou e-mail, **nem eventuais recursos e impugnações**, sendo que estes deverão ser protocolados na Câmara Municipal de Vereadores de Gramado contendo documento comprobatório da qualidade do signatário do recurso ou impugnação.

c. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação, no mesmo local e horário.

d. Os esclarecimentos de dúvidas de caráter técnico ou legal sobre a presente Carta-Convite deverão ser objeto de consulta por escrito à Comissão Permanente de Licitações em até 02 (dois) dias antes da data de abertura da Licitação.

d.1. A Comissão Permanente de Licitações responderá às questões formuladas através de e-mail, dirigido a todos os interessados que tenham retirado o Edital e seus anexos, apresentando a pergunta formulada e sua respectiva resposta, antes da data marcada para a entrega dos envelopes.

01-OBJETO DA LICITAÇÃO

- 1.1. A presente Licitação tem por objetivo a **contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de módulos organizacionais, projetados sob medida para atender às necessidades de armazenamento e proteção do acervo documental da Câmara de Vereadores de Gramado, nos termos do Termo de Referência (Anexo I)**, na Câmara de Vereadores de Gramado, localizada na Rua São Pedro, nº 369, Centro, Gramado/RS, onde deverá ser entregue.
- 1.2. Os produtos objeto deste instrumento deverão estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que só serão aceitos após exame técnico efetuado pelo Fiscal do Contrato, indicado para este fim, e, caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem defeitos e incorreções, não serão aceitos, devendo ser retirados pelo fornecedor no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da notificação.
- 1.3. O prazo de entrega será de até 40 (quarenta) dias a contar da notificação da Ordem de Início dos Serviços.

02- CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Serão admitidas a participar desta Carta-Convite, quaisquer empresas com ramo de atividade compatível com o objeto desta Licitação, não sendo admitido consórcio, sendo a proponente a ser contratada, a única responsável pela execução dos serviços. O presente procedimento licitatório será na **modalidade Convite** que é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

2.2. É vedada a participação de pessoa jurídica em regime de concordata ou falência, ou que tenha sido declarada inidônea por ato do Poder Público nas esferas municipais, estaduais e/ou federais ou ainda, que esteja com direito de participar de licitação suspenso no Município de Gramado-RS;

2.3. Apresentar os documentos de habilitação e da proposta, em envelopes distintos que passamos a chamar de ENVELOPE Nº 1, ou envelope da "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" e o ENVELOPE Nº 2, ou envelope da "PROPOSTA DE PREÇOS", no local, data e horário indicados nesta Carta-Convite;

2.4. Ter pleno conhecimento dos termos desta Carta-Convite e das condições do objeto da licitação. Deverão ser verificadas as características do local destinado a instalação dos módulos organizacionais, as suas condições de operação e execução do objeto, não podendo ser invocado, em nenhum momento, desconhecimento destes pontos como elemento impeditivo da correta formulação da Proposta. Para tanto, **as empresas deverão comparecer em tempo hábil** na Câmara de Vereadores de Gramado para procederem à averiguação das informações adicionais necessárias a sua proposta.

2.4.1 DA VISITA TÉCNICA – Para fins de participação no certame licitatório **a empresa deverá realizar prévia vistoria técnica**, agendada com antecedência, para ser realizada em até 02 (dois) dias antes da data prevista para o certame, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Gramado.

2.4.2 Cada licitante receberá da CÂMARA uma **DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA PRÉVIA** – conforme modelo **ANEXO V**, para ser preenchida quando da sua realização e que **deverá ser anexado à documentação de habilitação – ENVELOPE Nº 1, sob pena de desclassificação.**

2.5. Não será admitida a participação conjunta nesta licitação, de Empresas controladoras, controladas, coligadas ou subsidiárias entre si ou, ainda que, independentemente, nomeiem um mesmo representante.

2.6. A participação neste certame licitatório importa a proponente, na irrestrita aceitação das condições estabelecidas na presente Carta-Convite e seus anexos, bem como observância nos regulamentos, instruções, normas administrativas e técnicas e leis aplicáveis, inclusive quanto a recursos;

2.7. Toda **Documentação de Habilitação e Proposta de Preço** deverá ser apresentada à época pertinente, preferencialmente, rubricada e ordenada na forma desta Carta-Convite, em folhas numeradas sequencialmente e presas entre si.

03 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - Envelope Nº 1

3.1 Para a habilitação dos licitantes será exigida a documentação relativa:

3.1.1 à *habilitação jurídica*;

- 3.1.2 à qualificação técnica;
- 3.1.3 à qualificação econômico-financeira;
- 3.1.4 à regularidade fiscal e trabalhista;
- 3.1.5 Declaração de Vistoria Prévia.

3.2 Documentos relativos à habilitação jurídica:

- 3.2.1 registro comercial, em se tratando de empresa individual;
- 3.2.2 ato constitutivo, estatuto e/ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;
- 3.2.3 prova de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 3.2.4 alvará de localização e funcionamento, em vigor na data de sua apresentação, expedido pela Prefeitura Municipal da jurisdição fiscal da matriz da empresa, bem como das filiais que pretendam promover o faturamento e a entrega de materiais; e
- 3.2.5 decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

3.3 Documentos relativos à qualificação técnica:

- 3.3.1 01 (um) Atestado emitido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, em nome da LICITANTE, que comprove sua aptidão para o desempenho da execução do objeto licitado, em papel timbrado do emissor declarando ter fornecido arquivos deslizantes mecânicos com trava eletromecânica em quantidade igual ou superior a quantidade licitada, com indicação do contato e endereço de instalação para diligência a qualquer tempo a cargo da Comissão Permanente de Licitações.
- 3.3.2 Atestado de visita será emitido pela Câmara de Vereadores de Gramado, certificando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e condições sobre o local pertinente à execução dos serviços a qual ofertará proposta, devendo constar no atestado o nome do representante da licitante que efetuou a visita ao local. Este atestado deverá constar no envelope "DOCUMENTAÇÃO";
- 3.3.3 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, devidamente assinada por seu representante legal, conforme **ANEXO IX**;
- 3.3.5 Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menor(es) de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme **ANEXO VI**.
- 3.3.6 Apresentação de catálogo original em língua portuguesa indicando exatamente o(s) produto(s) ofertado(s) bem como o projeto completo e detalhado com medidas indicadas e em escala de composição dos suportes de documentos com configuração interna, mostrando sua localização e distribuição na área reservada, comprovando o atendimento aos quantitativos e capacidade exigidas a perfeita compreensão do projeto

3.3.7 Comprovação de registro de fabricante do produto Arquivo Deslizante com movimentação mecânica e eletrônica no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia e a comprovação do vínculo do engenheiro indicado.

3.4 Documentos relativos à qualificação econômico financeira:

3.4.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor do Foro da sede da empresa.

3.5 Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:

3.5.1 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;

3.5.2 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica com situação ativa;

3.5.3 prova de regularidade com a Fazenda Federal através de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

3.5.4 prova de regularidade com a Fazenda Estadual através de Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Estaduais e à Dívida Ativa Estadual, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;

3.5.5 prova de regularidade com a Fazenda Municipal através de Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Municipais e à Dívida Ativa Municipal, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;

3.5.6 prova de situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (art. 27, alínea “a”, Lei nº 8.036/90), mediante apresentação do CRF Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

3.5.7 prova de regularidade perante Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, mediante apresentação da CND Certidão Negativa de Débitos.

3.6 Atendendo ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

3.7 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal será comprovado mediante declaração, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358 de 2002 – **ANEXO VI**; e,

3.8 O documento apresentado, sem prazo de validade expresse, considerar-se-á como válido dentro de 180 (cento e oitenta) dias da data de emissão, com exceção do(s) Atestado(s) e/ou Certidão(ões), bem como os documentos cuja renovação se tornar impossível.

3.9 As proponentes que não apresentarem na forma legal e em perfeitas condições a documentação exigida neste item, **serão consideradas inabilitadas e excluídas das fases subsequentes da Licitação**, sem direito a qualquer reclamação ou indenização.

3.10 A ausência de alguma informação em documento exigido poderá ser suprida pela própria Comissão de Licitação, se os dados existirem em outro documento.

3.11 Decairá do direito de impugnar os termos desta Carta-Convite perante a Administração a proponente que os tendo aceitado sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

3.12 A impugnação de que trata o item acima, se houver, deverá ser apresentada de conformidade com artigo 41, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

3.13 Os documentos exigidos deverão ser acondicionados e apresentados em envelope lacrado e/ou fechado, devendo o mesmo ser timbrado e/ou identificado com carimbo padronizado do (C.N.P.J.) da empresa proponente, contendo em sua parte frontal os seguintes dizeres:

**À
CÂMARA DE VEREADORES DE GRAMADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Rua São Pedro, nº 369, Centro, Gramado-RS
CARTA-CONVITE Nº 02/2014
Envelope Nº 1 - "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"**

3.14 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

3.14.1 Não serão aceitos protocolos, documentos em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade vencido.

3.14.2 Os proponentes interessados na autenticação das cópias por servidor da unidade que realiza a licitação deverão fazê-lo até às 10h30min do dia 03 de abril de 2014 e solicitar a autenticação.

04 - PROPOSTA DE PREÇOS - Envelope Nº 2

4.1. Deverá ser apresentado um Envelope Nº 2, devidamente fechado e inviolado, contendo a proposta de preços, preferencialmente em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

4.1.1. Carta Proposta de Preços

A carta-proposta de preços deverá ser apresentada datilografada ou impressa por computador, sem rasura, entrelinhas ou ressalva, e **conter preferencialmente:**

a. razão social, endereço, telefone, fax, e-mail e o CNPJ/MF da proponente;

b. nome do titular ou do representante legalmente constituído com respectiva assinatura, N° CPF, N° RG, função e/ou cargo, tudo de modo legível;

c. data;

d. O preço global proposto será considerado completo e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento dos materiais e mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, máquinas, equipamentos e ferramental, transporte, carga e descarga dos materiais, custos de instalação e mobilização, licenças inerentes à especialidade e atributos e qualquer despesa acessória e/ou necessária, não especificada nesta Carta-Convite.

d1. O preço global proposto abrange, ainda, a garantia de 04 (quatro) anos referente aos defeitos de fabricação, frete incluso, instalação e impostos inclusos, além de assistência técnica permanente e gratuita por 01 (um) ano.

e. valor do preço global, preenchida e assinada, conforme modelo sugerido no Anexo III desta Carta-Convite;

f. o valor total global da proposta não poderá ultrapassar em 5% (cinco por cento) o valor do orçamento oficial que é de **R\$ 38.025,00** (trinta e oito mil e vinte e cinco reais), conforme planilha de custos contida no Anexo IV. É obrigação da proponente, observar este quantitativo na proposta a ser apresentada.

g. os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional constando apenas de 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

h. prazo de validade da Proposta de Preços, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data de sua abertura, sendo este o prazo considerado em caso de omissão;

h.1. as propostas permanecerão válidas e em condições de aceitação durante o período de validade das mesmas.

4.2. As propostas porventura sem data serão consideradas emitidas para o dia do vencimento desta Carta-Convite.

4.3. A proposta uma vez aberta é irrevogável e irrenunciável, e à proponente inadimplente serão aplicadas as penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes, respeitado o disposto no seu artigo 43, parágrafo 6º do mesmo Diploma Legal.

4.4. A proposta da proponente deverá ser elaborada levando-se em consideração que as obras/serviços deverão ser executadas dentro da melhor técnica e de

aprimorado acabamento e, ainda ser entregue em perfeitas condições de funcionamento.

4.5. Serão desclassificadas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições desta Carta-Convite, seja no aspecto formal e no seu conteúdo técnico, bem como aquelas manifestamente inexequíveis nos termos do artigo 48 da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

4.6. Serão desconsideradas as propostas que deixarem de cumprir integralmente ou em parte qualquer um dos itens dos envelopes Nºs. 1 e 2;

4.7. Não serão tomadas em consideração quaisquer vantagens não previstas nesta licitação, nem as propostas que contiverem apenas o oferecimento de uma redução sobre a proposta mais barata;

4.8. A Proposta de Preços deverá ser acondicionada e apresentada em envelope devidamente fechado e inviolado, timbrado e/ou identificado com carimbo padronizado do (CNPJ/MF) da empresa proponente, contendo em sua parte frontal os seguintes dizeres:

À
CÂMARA DE VEREADORES DE GRAMADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Rua São Pedro, nº 369, Centro, Gramado-RS
CARTA-CONVITE Nº 02/2014
Envelope Nº 2 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

05 - REPRESENTAÇÃO DA PROPONENTE

5.1. Na hipótese de a proponente não estar representada na licitação por Administrador expressamente nomeado no estatuto ou contrato social, a mesma poderá fazer-se representar por elemento credenciado, por carta ou por procuração, onde contenha o número de sua cédula de identidade que deverão ser apresentados na ocasião, ficando retido o credenciamento, conforme modelo sugerido no **ANEXO VII**.

5.1.1. É recomendável estar presente, para participar do processo de abertura dos envelopes, um representante de cada proponente, devidamente credenciado e identificado.

5.2. Durante os trabalhos só será permitida manifestação oral ou escrita do representante legal ou credenciado pela empresa proponente.

5.3 Para manifestação nas reuniões, assinaturas em atas e demais documentos, a empresa participante deverá se fazer representar por pessoa devidamente credenciada através de documento hábil, conforme modelo do **Anexo VII**, com

carimbo padronizado da empresa, assinado por um representante legal, identificado como tal e acompanhado de **cópia de documento do credenciado**.

5.4 O documento de credenciamento deverá conferir ao credenciado amplos poderes, **inclusive para renúncia do direito de recorrer** e deverá vir acompanhada de cópia autenticada dos documentos previstos no item 3.2 para averiguar a legitimidade de outorga dos poderes ao credenciado. **Salienta-se:** os documentos descritos no item 3.2 deverão integrar, também, o envelope nº 01 – DA DOCUMENTAÇÃO.

5.5 – O documento de credenciamento será retido pela Comissão Permanente de Licitações e juntado ao processo licitatório.

5.6 –Do procedimento de credenciamento:

a) iniciada a sessão e antes da abertura dos envelopes de documentos, a Comissão Permanente de Licitações procederá ao credenciamento dos representantes dos licitantes, recebendo a Carta de Credenciamento (Procuração), cópia do documento do credenciado e o documento comprovante da legitimidade da outorga dos poderes;

b) será indeferido o credenciamento sempre que não forem apresentados os documentos necessários à identificação do interessado ou demonstrada sua condição de representante do licitante;

c) as pessoas interessadas não credenciadas poderão acompanhar as sessões de abertura dos envelopes, desde que cheguem no horário previsto e não interfiram de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos;

06 – SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 A sessão pública deste certame, conduzida pela Comissão de Licitação, ocorrerá na data e hora previstos no preâmbulo desta Carta-Convite, e obedecerá ao rito estabelecido na Lei 8.666/93.

6.2 Os documentos necessários à habilitação e as propostas (conforme **MODELO – ANEXO III**) serão recebidos em 02 (dois) envelopes distintos, fechados e identificados, respectivamente como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a inscrição descritas nos itens 3.13 e 4.8.

6.3 Caso o representante legal da empresa não compareça, deverá enviar procurador o qual deverá portar procuração particular com firma reconhecida em cartório por autenticidade, conforme **Anexo VII**.

6.4 Após o recebimento dos envelopes, será aberto, em primeiro lugar, o envelope nº 1 contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, sendo a sua apreciação realizada pela Comissão Permanente de Licitações (CPL) e demais licitantes presentes.

6.5 Após a análise da documentação relativa à habilitação, serão devolvidos os envelopes fechados contendo as respectivas propostas, aos licitantes inabilitados, desde que não tenha havido recursos ou após sua denegação.

6.6 Estando em conformidade a documentação de habilitação, passar-se-á à abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

6.7 Verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e com os preços orçados pela Administração (**Anexo IV**). As propostas deverão ser apresentadas conforme modelo disponibilizado no **Anexo III**.

6.8 Julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes da Carta-Convite.

6.9 Ficará a critério da Comissão de Licitação, caso entenda necessário, a marcação de outro dia e horário para a abertura dos envelopes.

6.10 O julgamento das propostas será objetivo, sendo declarado vencedor aquele que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital e ofertar o menor preço.

6.11 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 2 (dois) dias úteis, conforme Lei de Licitações, para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

6.11.1 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item anterior, importará na decadência desse direito, ficando a Comissão de Licitação autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

6.11.2 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.12 Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas no item anterior.

6.13 No julgamento da habilitação e das propostas, a Comissão de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos

e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.14 Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes.

07 – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO, CLASSIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

7.1 Esta licitação é do **tipo menor preço global** e o julgamento será realizado pela Comissão de Licitação, conforme o critério de julgamento a seguir:

7.1.1 Será considerado vencedor o licitante que apresentar a proposta com o menor preço global para cumprir o objeto.

7.1.2 No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará por sorteio.

7.1.3 Conforme a **Lei Complementar nº 123/2006**, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, como critério de desempate, será assegurada preferência para as microempresas e as empresas de pequeno porte, conforme artigos 44 e 45 da referida Lei.

7.1.4 Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas MEs e EPPs sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a proposta mais bem classificada.

7.1.5 Para efeito do disposto no item anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

7.1.5.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

7.1.5.2 Não ocorrendo a contratação na forma do item anterior, serão convocadas as microempresas e/ou empresas de pequeno porte remanescentes que porventura tenham suas propostas apresentadas iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.1.5.3 No caso de equivalência dos percentuais apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8 HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

8.1 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto.

9 PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

9.1 A contar do primeiro dia útil após a publicação do extrato da ata de adjudicação na imprensa oficial, o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para assinar o contrato, prorrogável uma única vez, a critério da Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

9.2 A contratação ficará diretamente condicionada – como solenidade de tratamento recíproco – ao ato formal de assinatura do respectivo instrumento contratual, cabendo ao adjudicatário, para tanto, a faculdade de:

9.2.1 fazer-se representar por profissional devidamente habilitado a examinar a minuta com o instrumento obrigacional definitivo e desde que apresentando procuração particular com firma reconhecida em cartório por autenticidade;

9.2.2 autorizar o seu representante, não havendo divergência entre os documentos cotejados, a firmar em seu nome o referido contrato.

9.3 O exame a que alude o item anterior dar-se-á no recinto da Câmara de Vereadores de Gramado, podendo ser utilizado todo o tempo necessário à análise e conferência das peças mencionadas.

9.4 Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

9.5 Ao assinar o contrato, o adjudicatário obriga-se a prestar o serviço a ele adjudicado, conforme especificações e condições contidas no edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições desta Carta-Convite.

9.6 É facultado à Administração, quando o adjudicatário não apresentar situação regular das condições de habilitação no ato da assinatura do contrato, ou recusar-se a assiná-lo no prazo e nas condições estabelecidas, ou ainda quando rescindir o contrato por inadimplência, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o contrato ou revogar a licitação, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

10- PENALIDADES E SANÇÕES

10.1. De conformidade com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes, a proponente adjudicada que descumprir as condições desta Carta-Convite, poderá a Câmara de Vereadores de Gramado-RS, garantida a previa defesa, aplicar as seguintes penalidades:

10.1.1 No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a CONTRATANTE, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções administrativas:

1. *advertência;*

2. *multa;*

3. *suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município;*

4. *declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.*

§1º. O atraso injustificado no prazo de entrega implicará multa diária correspondente a 0,5% (meio ponto percentual) do valor faturado na nota fiscal, por dia de atraso, a partir da data da assinatura do contrato, até o percentual máximo de 10% (dez por cento), caracterizando, neste caso, a inexecução do contrato, punível com as sanções previstas neste contrato.

§2º O descumprimento do prazo de retirada da nota de empenho ou a recusa em aceitá-la implicará na cobrança de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato ou da nota de empenho e no impedimento para contratar com o Município de Gramado por período de até 02 (dois) anos, a critério da Administração.

§3º As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, quando houver, ou cobradas diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

§4º O fato de não entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto contratual, não manter a proposta, falhar ou fraudar a sua execução, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, acarretará no impedimento de licitar e contratar com o Município e no descredenciamento pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e no edital, e das demais cominações legais.

§5º Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e os indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da CONTRATANTE.

§6º Sempre que não houver prejuízo para a CONTRATANTE, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

§7º A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de defesa prévia ao interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

11- OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES CONTRATUAIS

11.1. As obrigações e responsabilidades contratuais são as descritas nas respectivas cláusulas da minuta contratual (**Anexo II** desta Carta-Convite) e seu(s) anexo(s), se houver, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta Carta-Convite.

12- CONTRATO

12.1. Será firmado contrato, minuta (**Anexo II** desta Carta-Convite), que constitui parte integrante da presente Carta-Convite, cujas cláusulas e condições são reguladas pela Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações subsequentes;

12.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela proponente vencedora, que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas nesta Carta-Convite e seus anexos, independentemente de transcrição;

12.3. A Câmara de Vereadores de Gramado convocará a proponente vencedora para assinar o "Contrato", no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento de convocação, que se dará durante a validade da proposta, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes;

12.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o "Contrato", conforme estabelecido no subitem anterior, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades a que se refere à Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes;

13 – PRAZO DE EXECUÇÃO

13.1. O prazo para execução do objeto do presente Edital de Licitação será até **40 (quarenta) dias corridos**, sendo que, dentro desse prazo, tendo por termo de início a data de expedição da Ordem de Início dos Serviços.

14 – FATURAMENTO, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1 FATURAMENTO

14.1.1 A LICITANTE VENCEDORA emitirá a Nota Fiscal Eletrônica referente ao objeto do contrato, devendo a mesma ser apresentada junto a Câmara de Vereadores de Gramado, para regular conferência e processamento;

14.1.2 Uma cópia da Nota Fiscal Eletrônica deverá ser encaminhada à Câmara no mesmo dia de sua emissão até às 15h via e-mail, verificando qualquer irregularidade na emissão da Nota Fiscal/Fatura, a Câmara de Vereadores de Gramado fará sua devolução ou solicitará Carta de Correção, ficando o prazo de pagamento

prorrogado proporcionalmente a sua regularização, sem qualquer custo adicional à mesma.

14.2 DA FORMA DE PAGAMENTO

14.2.1 O Setor de Contabilidade da Câmara de Vereadores efetuará os pagamentos à LICITANTE VENCEDORA, através de cheque nominal, após a finalização do objeto contratado, devidamente recebido pela Câmara Municipal, e mediante recebimento da Nota Fiscal Eletrônica, desde que devidamente atestada e conferida pelo setor competente;

14.2.2 Coincidindo o vencimento da fatura com sábados, domingos, feriados ou ponto facultativo e em dias que não houver expediente na Câmara, será o seu vencimento transferido para o dia útil anterior, sem quaisquer ônus para a mesma.

14.3 A quitação total será após a conclusão total e final do serviço, através do Termo de Recebimento Definitivo da mesma (**Anexo VIII**), lavrado pela Fiscalização do Contrato.

14.4 A inadimplência da CONTRATADA com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere à CONTRATANTE, a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 71, parágrafo 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93.

14.5 Os valores das propostas não sofrerão qualquer reajuste.

14.6 Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

14.7 Caso haja multa por inadimplemento, será adotado o seguinte procedimento: a multa será descontada do valor total da respectiva nota de empenho e, se o valor da multa for superior ao valor devido pela prestação do serviço, responderá o contratado pela sua diferença, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

14.8 Em caso de reclamatória trabalhista contra a CONTRATADA em que o Município seja incluído no pólo passivo da demanda, independente da garantia ofertada, será retido, até o final da lide, valores suficientes para garantir eventual indenização.

14.9 O pagamento será feito mediante cheque nominal.

14.10 A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes do contrato.

15 - INEXECUÇÃO, RESCISÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO.

15.1 A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelos artigos 58, inciso II, e 77 a 80, seus parágrafos e incisos, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

15.2. A alteração do contrato dar-se-á nos termos do artigo 65, seus incisos e parágrafos, da Lei Nº 8.666/93 alterações subsequentes.

16 – ADIAMENTO, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

16.1 A Câmara Municipal de Vereadores de Gramado reserva-se o direito de revogar a presente Carta-Convite por razões de interesse público, no todo ou em parte, ou anulá-la, no todo ou em parte, por vício, ilegalidade, de ofício ou mediante provocação, bem como adiar-la ou prorrogar o prazo para o recebimento e abertura das propostas, descabendo, em tais casos, qualquer reclamação ou direito a indenização pelas proponentes.

17 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

dotação: 3.3.9.0.30.00.00.00.00 material de consumo 33.90.30.99.00.00.00

18 – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

18.1 A Comissão Permanente de Licitações da Câmara de Vereadores de Gramado poderá tolerar o não cumprimento de alguma exigência de caráter eminentemente burocrático, descrito na presente Carta-Convite, desde que tal tolerância venha em defesa do interesse público e não se constitua num desvio substancial da proposta ou relevar omissões puramente formais, desde que não infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

18.2 Nenhuma indenização será devida as proponentes em razão da elaboração e/ou apresentação de documentação relativa a presente Carta-Convite.

18.3 A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições desta Carta-Convite, sujeitando-se a proponente as sanções previstas nos artigos 87 e 88, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

18.4 A apresentação da proposta de preços será considerada como evidência de que a proponente examinou criteriosamente todos os documentos da presente Carta-Convite, e obteve informações sobre qualquer

ponto duvidoso antes de apresentá-la, e considerou que os elementos desta licitação lhe permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.

18.5 A proponente vencedora assumirá integralmente e exclusivamente todas as responsabilidades no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto da presente Carta-Convite.

18.6 Atendida a conveniência da Câmara de Vereadores de Gramado, ficam as proponentes vencedoras obrigadas a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões de que trata o §1º, do artigo 65, da Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

18.7 Ultrapassada a fase da habilitação, poderá a proponente ser desqualificada, por motivo relacionado com capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou idoneidade, em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

18.8. A Câmara de Vereadores de Gramado poderá declarar a licitação deserta, quando nenhuma das propostas de preços satisfizer o objeto e/ou as especificações e evidenciar que tenha havido falta de competição e/ou conluio.

18.9. Fica estabelecido que toda ou qualquer informação, esclarecimento ou dada fornecidos verbalmente por empregados da Câmara de Vereadores de Gramado não serão considerados como argumento para impugnações, reclamações e reivindicações por parte das proponentes.

18.10 É facultada a Comissão de Licitações em qualquer fase do processo licitatório, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a completar a instrução do processo, como também solicitar parecer técnico interno ou externo.

18.11 Na contagem dos prazos estipulados na presente Carta-Convite de Licitação, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

18.12 O objeto da presente Licitação poderá ser contratado no período da validade da proposta.

18.13 Decairá do direito de impugnação dos termos da Carta-Convite da licitação perante a Câmara de Vereadores de Gramado, o licitante ou cidadão que não o fizer nos prazos previstos no artigo 41 da lei 8.666/1993.

18.14 Ao contratado poderá ser acrescido ou diminuído o objeto do fornecimento dentro dos limites estabelecidos na Lei nº 8.666/93.

18.15 As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

18.16 A homologação e a adjudicação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

18.17 Os casos não previstos neste edital serão decididos pela Comissão de Licitação em decisão devidamente fundamentada.

18.18 Informações e esclarecimentos serão prestados aos interessados no horário das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda-feira às sextas-feiras, na Câmara Municipal de Vereadores de Gramado, situada na rua São Pedro, nº 369, por telefone (54) 3295.7046 ou pelo e-mail: procurador@camaragramado.rs.gov.br.

18.19 Cópias do edital e seus anexos poderão ser consultados na página eletrônica da Câmara: www.camaragramado.rs.gov.br.

18.20. Constituem anexos do presente Edital de Licitação:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Minuta do Contrato;

Anexo III – Modelo de Proposta;

Anexo IV – Planilha de Custos Quantitativos;

Anexo V – Modelo de Declaração de Vistoria Técnica Prévia;

Anexo VI – Modelo de Declaração (inc. XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal);

Anexo VII – Carta de Credenciamento;

Anexo VIII – Termo de Recebimento Definitivo.

Anexo IX – Declaração de Ausência de Impedimento

GRAMADO, 24 DE MARÇO DE 2014.

JAIME SCHAUMLÖFFEL
VEREADOR PRESIDENTE
CÂMARA DE VEREADORES DE GRAMADO

JOSUÉ FELIPE ALVES ALTREITER
PRESIDENTE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto

O presente certame tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de módulos organizacionais, projetados sob medida para atender às necessidades de armazenamento e proteção do acervo documental da Câmara Municipal de Vereadores de Gramado-RS.

2. Justificativa

Armazenar e preservar adequadamente o acervo existente.

3. Quadro Quantitativo:

01 (UM) ARQUIVO DESLIZANTE

Item	Qtd	Descrição / Dimensões Externas
01	01	Módulo terminal fixo 430 x 1140 x 2470mm (PxLxA)
	02	Módulos intermediários deslizantes 760 x 1140 x 2470mm (PxLxA)
	07	Prateleiras 415mm
	28	Prateleiras 365mm
	01	Porta de correr 1000 mm (P) x 2400mm (H)
	4,04	Metros lineares de trilho com trava de segurança
	01	Tranca Eletromecânica touch screen

4. Descrição

4.1 - Sistema de arquivamento e armazenamento mecânico composto por faces com 1m de largura interna útil. Composto por módulos constituídos por quadros confeccionados em chapa de aço dobrada, espessura mínima de 1,2 mm, com furos retangulares a cada 25mm, permitindo ajustes de altura dos componentes internos, por sistema de encaixe, dispensando o uso de ferramentas. Devem possuir painel frontal confeccionado em chapa de aço dobrada com espessura mínima de 0,75 mm com cor de pintura a ser definida. Seu deslocamento deverá ser realizado sobre trilhos ergonômicos em forma de “W” com dupla garra de segurança em toda a sua extensão que deverão ser instalados diretamente sobre o piso não sendo necessário o uso de plataforma. Toda a estrutura do Arquivo e seus componentes deverão ser protegidos por tratamento antiferruginoso através de processos de fosfatização por imersão através de 08 banhos e pintura à base de resina epóxi-pó, por processo eletrostático na cor cinza claro semifosco. A empresa vencedora do certame deverá apresentar para assinatura do contrato todos os pareceres técnicos/laudos e atestados de capacidade do fabricante descritos nesta especificação técnica como parâmetro mínimo de resistência, durabilidade e segurança emitidos por qualquer laboratório reconhecido pelo INMETRO, tais como: Instituto de Pesquisa e Tecnologia do Estado de São Paulo (IPT), CETEMO – Centro Tecnológico do Mobiliário, L.A. Falcão Bauer – Centro Tecnológico de Controle de Qualidade possibilitando, conforme o artigo 30 § 8º da Lei 8666, a aferição da metodologia de execução dos componentes deste objeto no intuito de garantir a segurança do usuário e do equipamento demonstrando a aplicação do equipamento proposto, podendo possuir variação para menos de até 5%.

4.2 – Os suportes para documentos bem como todas as peças que compõem o sistema de arquivamento deverão ser confeccionados em aço com tratamento antiferruginoso através de sistema de fosfatização e pintura a base de resina epóxi pó híbrido por processo eletrostático na cor cinza claro com Resistência de pelo menos 1650 h após ensaio acelerado de corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada e névoa salina, conforme a ABNT, NBR 8095 e 8094; Resistência de pelo menos 25 ciclos após ensaio acelerado de corrosão por exposição ao Dióxido de Enxofre ocasionado pela mistura da umidade e poluição ambiental, conforme a ABNT, NBR 8096 sem produtos de corrosão vermelha e/ou empolamento da camada de tinta; Flexibilidade de tinta, conforme norma ABNT NBR 10545:1988, atestando que as amostras não apresentaram fissura, craqueamento ou deslocamento da camada de tinta aplicada, indicando o índice de flexibilidade superior a 35% nas amostras ensaiadas. O arquivo deverá possuir espessura de tinta média entre 160 e 175 μm = 0,16 mm e 0,175 mm após 08 medições, conforme norma ASTM D 1186/01 com apresentação de ensaio com destacamento na intersecção (y0) nem ao longo das incisões (x0) conforme Método A, após ensaio de aderência de tinta aplicada em superfícies metálicas sempre que espessura média de camada de tinta seca for maior ou igual a 70 μm = 0,07 mm conforme norma

NBR 11003:2009; Apresentar também relatório técnico de verificação de resistência ao impacto segundo norma ASTM D 2794/2004 – Standard Test Method for Resistance of Organic Coatings to the Effects of Rapid Deformation (Impact), atestando que a amostra após o teste de impacto de 1 kg/m manteve sua integridade após ser exposta a solução de sulfato de cobre acidificado não havendo ainda nenhuma deposição no pano.

4.3 - Porta Etiquetas - Sistema de Identificação de Conteúdos - Deverá ser confeccionado em PVC ou acrílico com visor translúcido, fixado nos painéis frontais para identificação do conteúdo dos mesmos. Serão admitidos sistemas alternativos de identificação, desde que atendam a aspectos de funcionalidade próprios da identificação

4.4 - Batentes de Borracha - Localizado na parte superior e nas extremidades dos módulos (painel frontal e traseiro) têm a função de proteger as mãos dos operadores contra possíveis acidentes e para também não permitir vãos abertos entre os módulos, quando o operador fechar o corredor de consulta. Fixados em uma canaleta metálica de forma a proporcionar um perfeito alinhamento

4.5 - Trava individual - O produto ofertado deverá dispor de sistema de travamento individual dos módulos que permita o travamento total do sistema através de acionamento mecânico no centro dos volantes/manípulos localizados no painel frontal, impedindo desta forma a movimentação dos módulos quando o sistema estiver em uso

4.6 – Bases deslizantes - Produzido em chapa de aço SAE 1045 fina quente e com travessas de sustentação das rodas com 1,9 mm de espessura mínima, soldadas aos perfis laterais em aço. Estruturado em perfis frontais em aço com espessura mínima de 1,9 mm e perfis laterais em aço com espessura mínima de 1,9 mm. Este é responsável pela sustentação da estrutura do arquivo e movimentação dos módulos compostos por: travessas de sustentação das rodas, eixos, mancais e rodas usinadas em aço maciço SAE 1045 ou ferro fundido com diâmetro aproximado de 110 mm de canal e 118 mm total e espessura aproximada de 23 mm providas de canal para perfeito encaixe aos trilhos, deverão ser sustentadas por eixos e mancais proporcionando estabilidade de modo a evitar que o arquivo saia do curso e do seu alinhamento. O recorte central deve proporcionar duas abas de guia da roda gerando assim maior resistência ao conjunto. A empresa vencedora do certame deverá apresentar para assinatura do contrato, parecer técnico de resistência simulando uma carga mínima de 450 KN projetada diretamente sobre um conjunto de 04 rodas e de durabilidade da base deslizante simples carregada com o equivalente a 800 kg de carga após 60.000 ciclos completos de 1,5 metros e da base deslizante dupla intermediária composta por 04 faces carregadas com o equivalente a 3.200 Kg de carga após 30.000 ciclos completos de 1,5 metros,

demonstrando que os respectivos conjuntos de travessas, mancais, eixo e 04 rodas resistiram sem apresentar qualquer irregularidade em seu funcionamento. Com a finalidade de demonstrar sua resistência ao rolamento com cargas a fim de garantir a movimentação dos arquivos sem o risco de quebras, provocando manutenções prematuras do sistema.

4.7 - Eixos de Transmissão - Produzidos em aço carbono SAE1045 maciço trefilado com diâmetro de 20 mm, dotados de rolamentos classe ZZ auto lubrificantes, fixados aos mancais da roda e conectados através de no mínimo 04 parafusos a fim de evitar ruptura por torções, estabilizados com luvas de aço usinado e fixadas através de parafuso com a finalidade de evitar desalinhamentos laterais.

4.8 - Rolamentos - Deverão ser rígidos, de esferas, blindados classe ZZ, de modo a não requerer lubrificação.

4.9 - Redução e Transmissão - A transmissão deve ser realizada através de um sistema de no mínimo dupla redução 4:1 ou múltipla redução que proporcione agilidade e produtividade com aproximadamente 09 voltas completas no volante por metro movimentado, constituído de engrenagens e correntes de aço devidamente dimensionados para exigir o menor esforço para os usuários. Toda a manutenção deste sistema de tração deve ser realizada pelo painel frontal sem a necessidade de esvaziar por completo os arquivos. A empresa vencedora do certame deverá apresentar para assinatura do contrato parecer técnico demonstrando um esforço máximo para início de movimento de 1 Kgf para movimentar cada 1000 kg de carga no módulos simples (entre 350 e 450 mm) e 2000 kg de carga nos módulos duplos (entre 630 e 1100 mm).

4.10 - Sistema de Movimentação - Volante com diâmetro aproximado de 235 mm com manípulo único em alumínio de cabo retrátil sem a utilização de pontas ou cabos fixos que possam contundir os operadores ou sistema similar. No centro deste volante deverá haver uma trava individual de segurança acionada pelo operador travando o módulo ao final da abertura do corredor de pesquisa e liberada após o seu uso.

4.11 - Trilhos - Confeccionados em chapa de aço SAE 1045 galvanizados com medidas de espessura de 1,9 mm, largura de 125 mm e perfil de aço trefilado em meia-cana com diâmetro de 25 mm. Este deve receber tratamento superficial através de banhos químicos a base de zinco (zincagem), devendo ser apresentado ensaio conforme Norma 7397:1990 emitido por qualquer laboratório reconhecido pelo INMETRO. Os trilhos têm a finalidade de apoio, estabilidade e deslocamento dos módulos para movimentação do arquivo, dotados de trava estabilizadora em ambos os lados e em toda sua extensão com no mínimo 4 mm de espessura, com a finalidade de receber no mínimo uma garra de segurança por trilho do sistema, evitando assim acidentes com tombamento e descarrilamento dos módulos. A empresa vencedora do certame deverá apresentar para assinatura do contrato

parecer técnico de estabilidade dos Módulos simples (entre 410 e 450 mm) e duplos (entre 750 e 860 mm) em movimento por acionamento manual por um percurso mínimo de 1500 mm ou a uma velocidade média mínima 0,20 m/s descarregado e carregado com uma carga de 200 kg carregados em cada uma das 02(duas) prateleiras superiores de cada face até se chocar contra o final do curso não podendo haver o tombamento da amostra.

4.12 - Prateleira Regulável - Com altura total externa de até 23 mm confeccionada em chapa de aço SAE 1010 reforçada com no mínimo 08 dobras e espessura de 0,9 mm com repuxo longitudinal sem uso de qualquer tipo de solda medindo aproximadamente 1000(L) x 245, 365 e 415(P) mm, deve ser projetada estruturalmente para suportar cargas de mais de 180 Kg. Esta deve ser regulável na altura através de sistema de encaixe universal composto por duas peças confeccionadas em chapa de aço dobrado SAE 1010 espessura de 1,27 mm dispensando o uso de ferramentas. A empresa vencedora do certame deverá apresentar para assinatura do contrato parecer técnico simulando o uso deste componente montado na estrutura dos arquivos deslizantes demonstrando que a prateleira suportou mais de 180 kg com deflexão máxima residual de 1 mm após um período mínimo de 60 minutos de sobrecarga.

4.13 - Sistemas de segurança para o Acervo - Chave Geral Eletromecânica com tranca elétrica automática e abertura através de senhas programáveis, digitadas em display por funcionário portador de códigos de acesso, o sistema deve possuir capacidade para armazenar no mínimo 400 senhas numéricas e deve ser acompanhada de manual de instrução e operação. O sistema deve possuir ainda, abertura de emergência mecânica através de chave, em caso de queda de energia ou problema na fonte da alimentação.

5. Requisitos Técnicos mínimos para participação:

5.1 Os Licitantes deverão demonstrar aptidão técnica para fornecimento do produto através da apresentação obrigatória dos seguintes documentos:

5.1.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica de fornecimento, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado do emissor declarando ter fornecido arquivos deslizantes mecânicos com trava eletromecânica em quantidade igual ou superior a quantidade licitada, com indicação do contato e endereço de instalação para diligência a qualquer tempo a cargo da comissão de licitação;

5.1.2. Apresentar catálogo original em língua portuguesa indicando exatamente o(s) produto(s) ofertado(s) bem como o projeto completo e detalhado com medidas indicadas e em escala da composição dos suportes de documentos com configuração interna, mostrando sua localização e distribuição na área reservada, comprovando o atendimento aos quantitativos e capacidades exigidas, permitindo a perfeita compreensão do projeto;

5.1.3. A CONTRATADA deterá a responsabilidade técnica, civil e penal sobre o escopo de fornecimento, respondendo pelo não cumprimento das especificações exigidas e por quaisquer danos ou prejuízos pessoais ou materiais que seus empregados ou prepostos venham a causar aos bens da CONTRATANTE. Devendo o LICITANTE apresentar comprovação de registro de fabricante do produto Arquivo Deslizante com movimentação mecânica e eletrônica no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia e a comprovação do vínculo profissional do engenheiro indicado.

5.1.4. A empresa vencedora do certame deverá apresentar para assinatura do contrato Laudo emitido por laboratório reconhecido pelo INMETRO, comprovando que o Sistema de Arquivo Deslizante Mecânico ofertado está em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-17(Ergonomia).

5.1.5. A não apresentação dos documentos listados neste termo de referência implicará na desclassificação do participante.

5.1.6. Todos os documentos relativos a qualificação técnica devem estar em nome do fabricante, exceção feita a eventuais itens importados. O não atendimento ou a falta de qualquer um dos documentos solicitados neste termo de referência desclassificará o interessado.

5.1.7. Todas as medidas de largura, altura e profundidade especificadas poderão sofrer uma variação de até 5% desde que não interfira na capacidade de armazenamento e circulação sugerida. Esta variação não se aplica às resistências, forças, cargas e durabilidade especificadas.

5.1.8. GARANTIA: O proponente vencedor deverá apresentar documento comprobatório de que os objetos propostos estão cobertos por garantia integral de no mínimo 04 (quatro) anos para todos os seus componentes incluindo as partes eletrônicas, se houver, contra qualquer defeito de projeto, fabricação ou desempenho do equipamento quando em condições normais de uso e manutenção. Deverá ainda apresentar declaração de garantia dos serviços de manutenção preventiva gratuita, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.

O prazo de garantia ofertado pela CONTRATADA será contado da data do recebimento do objeto contratado.

5.1.9. Em função das características próprias do projeto, os Licitantes deverão cumprir rigorosamente as especificações técnicas apresentadas neste documento, devendo apresentar, junto a sua proposta toda a documentação técnica do fabricante (Testes, Laudos e Atestados), comprovando a qualidade e resistência dos elementos estruturais especificados neste Termo de Referência.

5.1.10. Em caso de empresa comercial, os documentos relativos a qualificação técnica assim como atestados de capacidade técnica deverão estar em nome do fabricante.

ANEXO II MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÓDULOS ORGANIZACIONAIS, PROJETADOS SOB MEDIDA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE ARMAZENAMENTO E PROTEÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL, QUE CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GRAMADO E A EMPRESA, DECORRENTE DO CONVITE Nº 02/2014 - PROCESSO Nº 071/2014.

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GRAMADO**, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, inscrita no C.N.P.J. sob nº 09.101.307/0001-53, com sede na Rua São Pedro, nº 369, Centro, na cidade de Gramado-RS, representada pelo seu Vereador Presidente, **JAIME SCHAUMLOFFEL**, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, _____, inscrita no CNPJ sob o nº, Inscrição Estadual nº, estabelecida na Rua, Bairro....., Estado de, CEP, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representado por seu Sócio-Diretor, Sr., portador do RG nº, CPF nº, residente e domiciliado na cidade de _____, resolvem celebrar o presente Contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes na execução dos serviços autorizados pelo Processo Administrativo Nº 071/2014, considerando a Licitação pela modalidade CONVITE Nº 02/2014, tudo em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, com os preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente é a **contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de módulos organizacionais, projetados sob medida para atender às necessidades de armazenamento e proteção do acervo documental da Câmara de Vereadores de Gramado**, na forma de empreitada global, sendo que o material compreende todos os acessórios para a referida instalação.

§1º Faz parte integrante do presente contrato, o Anexo I da Carta-Convite nº 02/2014, a proposta da empresa contratada, com esclarecimentos gerais e demais serviços a serem prestados pela CONTRATADA.

§2º Este contrato refere-se ao fornecimento de equipamento novo, assim entendido aquele que não foi submetido a uso, ressalvado os testes de fábrica.

§3º A presente contratação foi precedida de regular processo licitatório, na modalidade de Convite, conforme processo 071/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO

2.1 Este contrato fundamenta-se:

2.1.1 no Procedimento Licitatório nº 02/2014, modalidade CONVITE, conforme Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente;

2.1.2 nos termos propostos pela CONTRATADA, que, simultaneamente:

a) constem no Processo Administrativo nº 071/2014, modalidade CONVITE;

b) não contrariem o interesse público;

2.1.3 nos preceitos de direito público;

2.1.4 supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Caberá à CONTRATADA, além das obrigações constantes do Termo de Referência, Anexo I, deste ajuste e da Carta-Convite nº 02/2014, as que seguem:

3.2 Fornecer o arquivo objeto deste contrato nas condições pactuadas, disponibilizando-o em plenas condições de funcionamento e operação.

3.3 Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos que vier a causar à Câmara de Vereadores de Gramado ou a terceiros, em decorrência do não cumprimento das obrigações assumidas neste contrato.

3.4 Ministrando treinamento para, ao menos, 02 (dois) funcionários da Câmara de Vereadores de Gramado, a fim de garantir o bom manuseio do produto adquirido, sem ônus adicional.

3.5 Disponibilizar assistência técnica pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.

3.6 Fornecer manual de operação do arquivo entregue.

3.7 Efetuar o pagamento de todas as despesas referentes ao transporte e ao seguro do arquivo, até a sede da Câmara de Vereadores de Gramado, bem como de qualquer tributo e encargos devidos em função do presente ajuste.

3.8 Manter, durante toda vigência contratual, todas as condições que ensejaram a sua contratação no âmbito da Carta-Convite nº 02/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

4.1 Pagar à CONTRATADA pelo fornecimento do arquivo, a quantia estabelecida na Cláusula Décima do presente instrumento, desde que cumpridas regular e integralmente às obrigações assumidas pela CONTRATADA nos prazos estabelecidos.

4.2 Receber, provisória e definitivamente, o objeto deste ajuste.

4.3 Emitir à CONTRATADA, desde que regular e integralmente cumprido o contrato, atestado de fornecimento contendo a razão social da CONTRATADA, número de inscrição desta perante o CNPJ, descrição do produto fornecido, período de vigência e valor contratuais.

CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

5.1 A CÂMARA, representada por seu servidor, reserva-se o direito de fiscalizar a entrega do arquivo, bem como a fabricação do objeto deste ajuste, quando e da forma que julgar conveniente, através de prepostos ou terceiros, especialmente

destacados, cabendo à CONTRATADA reconhecer que os mesmos poderão exercer o poder de inspeção e estar presentes durante todas as atividades que devam ser realizadas nos termos deste contrato.

5.2 A ação ou omissão dos prepostos da Câmara, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fornecimento contratado não exime, em hipótese alguma, a CONTRATADA, da integral responsabilidade assumida no presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA DO OBJETO

6.1 O arquivo deverá ser entregue, instalado e disponibilizado para o uso Câmara em plenas condições de funcionamento no local e com todos os testes efetuados na presença da fiscalização da Câmara, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, contados da data da Ordem de Início dos Serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VISTORIA E DO RECEBIMENTO

7.1 O arquivo será entregue provisoriamente, no prazo máximo estabelecido na Cláusula Sexta, mediante termo de recebimento provisório a ser assinado pelas partes em até 03 (três) dias úteis da data da comunicação escrita da CONTRATADA do término das atividades de instalação e disponibilização de uso do mesmo pela CÂMARA.

7.2 Ficará a cargo da CONTRATADA a realização de acertos, substituições ou reparos no arquivo entregue que, comprovadamente, apresentar imperfeições quanto à sua operação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de comunicação do defeito.

7.3 Sanados os defeitos, será realizado novo recebimento em caráter provisório.

7.4 O recebimento definitivo dar-se-á após a vistoria e aceitação pela Câmara, mediante termo de recebimento definitivo, a ser lavrado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento provisório.

7.5 Na hipótese do termo de recebimento definitivo não ser lavrado no prazo previsto no item 7.4, por culpa exclusiva da Câmara, reputar-se-á, expirado o aludido prazo, o recebimento como definitivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA REPRESENTAÇÃO DAS PARTES

8.1 - Toda comunicação que envolva direitos e obrigações das partes deverá ser feita sempre por escrito de uma à outra, da forma indicada a seguir, sob pena de não ser levada em consideração:

CÂMARA DE VEREADORES DE GRAMADO

Rua São Pedro, 369
95670-000 - Centro - Gramado-RS
Fone: (54) 3295-7000

CONTRATADA:

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1 A vigência deste contrato inicia-se na data de sua assinatura, e extingue-se após o recebimento definitivo, sem prejuízo da garantia legal.

PARÁGRAFO ÚNICO – O contrato a ser celebrado poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, nos casos abaixo:

A – Inadimplemento de qualquer cláusula contratual.

B – Inobservância das especificações técnicas constantes da Carta-Convite nº 02/2014 e seus anexos.

C – Falência, concordata ou instauração de concurso de credores, da contratada.

D – Dissolução da sociedade ou a falência da Contratada.

E – Infração grave, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR

10.1 O valor total deste contrato é R\$ _____ (_____).

PARÁGRAFO ÚNICO. Já estão incluídas no preço total todas as despesas de deslocamento, impostos, transporte, frete, mão-de-obra, tributos, e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

11.1 O valor será irrevogável durante toda a vigência do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FATURAMENTO

12.1 A LICITANTE VENCEDORA emitirá a Nota Fiscal Eletrônica referente ao objeto deste contrato, após a entrega definitiva do objeto, devendo a mesma ser apresentada junto a Câmara Municipal de Vereadores de Gramado para regular conferência e processamento;

12.2 Uma cópia da Nota Fiscal deverá ser encaminhada à Câmara Municipal de Vereadores de Gramado no mesmo dia de sua emissão até às 15h via e-mail, verificando qualquer irregularidade na emissão da Nota Fiscal Eletrônica, a Câmara fará sua devolução ou solicitará Carta de Correção, ficando o prazo de pagamento prorrogado proporcionalmente a sua regularização, sem qualquer custo adicional à mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PRAZO DE PAGAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado após finalização do objeto do contrato, devidamente recebido pela Câmara e mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica devidamente atestada e conferida pelo setor competente.

13.2 No caso de eventuais atrasos, os valores serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados “pro-rata” entre a data de vencimento e a do efetivo pagamento, multa de 2% (dois por cento) mais correção monetária pelo IPCA do IBGE.

13.3 O pagamento será efetuado através de cheque da Câmara de Vereadores de Gramado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

dotação: 3.3.9.0.30.00.00.00.00 material de consumo 33.90.30.99.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA

15.1 No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a CONTRATANTE, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções administrativas:

1. *advertência;*
2. *multa;*
3. *suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município;*
4. *declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.*

§1º. O atraso injustificado no prazo de entrega implicará multa diária correspondente a 0,5% (meio ponto percentual) do valor faturado na nota fiscal, por dia de atraso, a partir da data da assinatura do contrato, até o percentual máximo de 10% (dez por cento), caracterizando, neste caso, a inexecução do contrato, punível com as sanções previstas neste contrato.

§2º O descumprimento do prazo de retirada da nota de empenho ou a recusa em aceitá-la implicará na cobrança de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato ou da nota de empenho e no impedimento para contratar com o Município de Gramado por período de até 2 (dois) anos, a critério da Administração.

§3º As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, quando houver, ou cobradas diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

§4º O fato de não entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto contratual, não manter a proposta, falhar ou fraudar a sua execução, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, acarretará no impedimento de licitar e contratar com o Município e no descredenciamento pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e no edital, e das demais cominações legais.

§5º Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e os indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da CONTRATANTE.

§6º Sempre que não houver prejuízo para a CONTRATANTE, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

§7º A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de defesa prévia ao interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

16.1 A CONTRATADA declara, no ato de celebração deste contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento de contrato, por extrato, na Imprensa Oficial da Câmara de Vereadores de Gramado, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias daquela data, como condição de eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

18.1 Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei nº 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

19.1 Constituem motivos incondicionais para rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as consequências do artigo 80, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA UTILIZAÇÃO DO NOME DA CONTRATANTE

20.1 A CONTRATADA não poderá, salvo em “curriculum vitae”, utilizar o nome da CONTRATANTE ou sua qualidade de contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO. A CONTRATADA não poderá pronunciar-se em nome da CONTRATANTE à imprensa em geral sobre quaisquer assuntos relativos às atividades desta, bem como a sua atividade profissional, sob pena de imediata rescisão contratual e sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

21.1 Tal como prescrito na lei, a CONTRATANTE e a CONTRATADA não serão responsabilizadas por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA GARANTIA

22.1 O prazo de garantia será de 12 (doze) meses, contados da data de recebimento definitivo, a ser devidamente formalizada pelas partes, mediante a emissão de termo específico, salvo se o defeito, comprovadamente, não decorrer de defeito de fabricação ou decorrer de uso inadequado dos equipamentos.

22.2 Durante todo o período de garantia, a CONTRATADA compromete-se a honrar qualquer reclamação, substituindo as partes ou peças defeituosas, sem quaisquer ônus adicionais para a Câmara.

22.3 A CONTRATADA deverá atender ao chamado técnico no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a comunicação do defeito pela Câmara, enviando profissionais devidamente capacitados, arcando com todos os custos, inclusive viagens e estadas dos mesmos.

22.4 O atendimento dos chamados deverá ocorrer em horário comercial, de segunda a sexta-feira e os serviços de reparo do equipamento deverão ser executados sempre no local de uso.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 A Administração da CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

§1º Para os casos previstos no caput desta cláusula, a CONTRATANTE poderá atribuir a uma comissão, por esta designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

§2º Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas disposições finais.

§3º. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão da CONTRATANTE, cujo objetivo final é o de atender tão somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

§4º Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução deste contrato, a CONTRATADA fica desde já compelida a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

§5º Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

24.1 Fica eleito o foro da cidade de Gramado – RS como competente para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam este termo em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Gramado-RS, ____ de _____ de 2014.

CONTRATANTE

CONTRATADA

ANEXO III
PROPOSTA (MODELO)

A empresa _____,
estabelecida na _____, CNPJ
_____, telefone (____) _____, e-mail
_____ pela presente, propõe executar o
objeto licitado desta Carta-Convite 02/2014, conforme segue:

Proposta: R\$ _____,
(_____).

_____, ____ de _____ de 2014.

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

ANEXO IV
PLANILHA DE CUSTOS QUANTITATIVOS

01 (UM) ARQUIVO DESLIZANTE

Item	Qtd	Descrição / Dimensões Externas	VALOR	VALOR ACEITÁVEL
01	01	Módulo terminal fixo 430 x 1140 x 2470mm (PxLxA))		
	02	Módulos intermediários deslizantes 760 x 1140 x 2470mm (PxLxA)		
	07	Prateleiras 415mm		
	28	Prateleiras 365mm		
	01	Porta de correr 1000 mm (P) x 2400mm (H)		
	4,04	Metros lineares de trilho com trava de segurança		
	01	Tranca Eletromecânica touch screen		

R\$ 38.025,00 R\$ 39.926,25

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA PRÉVIA

OBJETO: *contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de módulos organizacionais, projetados sob medida para atender às necessidades de armazenamento e proteção do acervo documental da Câmara de Vereadores de Gramado.*

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de
dois mil e quatorze, a empresa
_____, CNPJ nº _____
através do Sr. _____ RG/CPF
nº _____ esteve na Câmara de Vereadores de Gramado,
onde verificou/inspecionou o local onde se desenvolverá o serviço do objeto desta
licitação, estando tudo em conformidade com as informações e as condições
exigidas para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Servidor responsável

Responsável Técnico da Empresa

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO INCISO V DO ART. 27 DA
LEI Nº 8.666/93 (MÃO-DE-OBRA DE MENORES)

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27.10.1999 (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal), que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Gramado, RS, ____ de _____ de 2014.

Assinatura do Representante Legal

ANEXO VII
CARTA DE CREDENCIAMENTO (MODELO)

À
CÂMARA DE VEREADORES DE GRAMADO - RS
Comissão Permanente de Licitação
Referente: CONVITE N.º 02/2014
OBJETO: *contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de módulos organizacionais, projetados sob medida para atender às necessidades de armazenamento e proteção do acervo documental da Câmara de Vereadores de Gramado.*

NO CASO DE CREDENCIAMENTO PARA O REPRESENTANTE:

Através da presente, CREDENCIAMOS, o (a) Sr (a) Portador da CI-RG n.º, inscrito no CPF sob n.º..... a participar da licitação instaurada pela Câmara de Vereadores de Gramado - RS, na modalidade CONVITE N.º 02/2014, supra referenciada, na qualidade de nosso REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe, dentre outros poderes, o de renunciar o direito a interposição de recursos, e outros atos inerentes à referida licitação de acordo com o disposto na legislação pertinente.

Local e data,

(Nome da empresa e identificação de seu representante legal)

OBSERVAÇÃO: *A Carta de Credenciamento deve ser acompanhada de cópia documento de identificação do Credenciamento e do documento pertinente a legitimidade da outorga de poderes, a saber:*

Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou; Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, e, se for o caso; Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando for o caso.

ANEXO VIII
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO (MODELO)

Contrato n°:	Nota Fiscal:
Objeto:	<i>Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de módulos organizacionais, projetados, sob medida, para atender às necessidades de armazenamento e proteção do acervo documental da Câmara de Vereadores de Gramado.</i>
Contratada:	
Fiscal do Contrato:	

Por este instrumento, o servidor acima identificado atesta, para os devidos fins, o recebimento definitivo do serviço de *contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de módulos organizacionais, projetados sob medida para atender às necessidades de armazenamento e proteção do acervo documental da Câmara de Vereadores de Gramado*, localizado na Rua São Pedro, nº 369, bairro Centro, na cidade de Gramado-RS, objeto do Contrato Administrativo nº ____/2014. Atesta, ainda, que a Nota Fiscal nº _____ emitida pela Contratada é a correspondente ao serviço do presente Termo de Recebimento Definitivo.

Este termo de recebimento não exclui as responsabilidades pela segurança, solidez e qualidade dos serviços prestados.

De Acordo.

Fiscal do Contrato

FISCAL DO CONTRATO

Ciente:

CONTRATADA

Gramado/RS, ____ de _____ de 2014.

ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL
PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CONVITE Nº 02/2014
PROCESSO Nº 071/2014

A Licitante....., inscrita no CNPJ sob nº, Inscrição Estadual nº, estabelecida na Rua....., por intermédio de seu representante legal (nome completo, RG, CPF), para fins de participação no procedimento licitatório em epígrafe DECLARA a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração.

Local/Data:

Assinatura: _____

Representante Legal (Nome Legível)
RG
CPF